

ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: O OFÍCIO DO HISTORIADOR¹

Ao ser convidado para participar do Seminário: Memória Que História é Essa?, a primeira reação foi de preocupação e receio. Rapidamente, tal sensação foi sendo substituída por uma certa excitação e ansiedade visto que, pela primeira vez, teria a oportunidade de expor e discutir as dificuldades de minha prática profissional.

O tema Memória, História e Patrimônio Histórico tem sido objeto de reflexão e estudo de minha parte há algum tempo. Porém, poucas foram as vezes que parei para tentar confrontar as leituras e as diversas concepções do assunto com o dia a dia de historiador do Museu da Cidade. Isto porque as atribuições de um historiador, na maior parte dos museus brasileiros, oscilam da pesquisa histórica sobre as diferentes peças que compõem o seu acervo até limpar as vitrines das exposições; sem falar na preocupação com a programação visual da mesma, provavelmente a parte mais complicada e polêmica, em virtude de envolver critérios museológicos, museográficos e estéticos. Desta maneira, ao ser convidado para esta "troca de idéias" se fez imperioso que eu me debruçasse sobre as teorias e as confrontasse com o que realizava ao montar ou elaborar uma exposição.

A primeira constatação foi que, normalmente, o historiador assassina a memória, pois ele não a preserva, mas sim reconstrói. Uma exceção a esta regra talvez seja a obra *Eu Pierre Riviere*, de Michel Foucault onde ele preserva as falas do período, ao invés de analisá-las com a ótica do historiador em busca de uma verdade dirigida pela sua lógica, construída a

¹ Trabalho apresentado ao Seminário Organizado Pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 22 de maio de 1995.

partir de sua filosofia e crenças epistemológicas sobre o objeto estudado. Isto lhe rendeu sérias críticas por parte de Carlo Ginzburg.²

O historiador ao montar uma exposição, normalmente, não concebe o objeto, a fotografia, ou qualquer artefato como um suporte da memória mas sim como uma fonte histórica. Assim, quando observamos a exposição Campinas: A Cidade e os Sonhos e nos deparamos com a fechadura da 1ª Cadeia Pública e o mobiliário da Câmara Municipal no módulo Sonho do Poder, pode se questionar até que ponto a Cadeia é percebida pela ótica da memória como um marco do poder. Acredito que na representação materializada na memória das pessoas que viveram o período, esta cadeia, assim como a Câmara, estão mais relacionadas ao progresso e crescimento do povoado, ou pelo menos, é assim que elas aparecem nos escritos dos memorialistas. Por outro lado, pela ótica dos historiadores que elaboraram a exposição estes objetos fizeram mais sentido no módulo do poder. A História, atualmente, se permite esse exercício visto que as novas visões da história, marcadamente sob influência da historiografia Francesa, passam a crer que "qualquer objeto permite apreender a totalidade do social, uma vez que a totalidade não significa visão global, mas um certo tipo de relação do todo com as partes. Cada objeto contém em si a totalidade do social, o que permite que ela seja apreendida partindo de qualquer parcela do todo".³ Partindo desse ponto de vista, o historiador tem um vasto leque de opções e que lhe permite desconstruir o objeto (se me permitem o neologismo) e os mitos que o envolve.

²Para maiores informações ver O Queijo e os Vermes, Carlo Ginzburg, pp 22-23, São Paulo, Cia das Letras, 19??, e Revista RESGATE, nº 02, "Menochio e Riviere: criminosos da palavra, poetas do silêncio", Durval Muniz de Albuquerque Junior, Campinas, SP, o Centro de Memória da Unicamp, 1991, págs.48-55,

³Jacques Le Goff; Memória e História, págs. , Editora da UNICAMP, Campinas, 19??

Esta distinção nos leva a discutir o que é memória, ou melhor, o que são as memórias e o que é história e a relação de uma com a outra. A primeira forma assumida pela memória que poderíamos apontar é a memória individual. Esta, sem dúvida alguma, é produto do emocional e é única e exclusiva ao indivíduo que relembra. O ato de lembrar, no entanto, é uma reconstituição incessante e múltipla do passado. Assim é interessante analisarmos um fato ocorrido no Museu da Cidade, durante a exposição O Homem, A Cidade e o Tempo. A equipe encarregada da elaboração e montagem da exposição escolheu uma máquina da Fábrica de Chapéus Cury e a expôs no módulo Tempo de Trabalho e Tempo de Lazer. A posição da máquina na exposição, possibilitava ao monitor discutir as questões de dominação colocadas pelo sistema de fábrica com as crianças. No entanto, um visitante que havia trabalhado na fábrica fez uma leitura totalmente diferente da proposta pelo monitor e que enfatizava o caráter paternalista das relações trabalhistas na fábrica. Qual a visão correta? A do monitor universitário do curso de história ou a do cidadão que havia trabalhado com a máquina? Sem dúvida, ambas as visões estão corretas. Porém, existem circunstâncias sociais que as produziram e que nos remete a uma outra discussão.

A memória individual existe, mas ela está enraizada em circunstâncias sociais que nos permite falar de uma memória coletiva, muito embora a apropriação desta seja individual. Assim, para este senhor a máquina representava um bom momento de sua vida e o instrumento através do qual ele criou e educou os filhos; porém, para um outro, ela pode representar um acidente de trabalho. Dessa maneira, o que nos permite falar de uma memória coletiva neste caso é o fato de ambos terem uma experiência de vida comum com a máquina. Situação diferente é a vivida pelo monitor e que

diz respeito a um outro tipo de memória, a memória histórica. Esta supõe a reconstrução dos dados, fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; ou seja, a leitura do patrimônio histórico, enquanto tal, acabou sendo uma função do historiador, no caso específico citado acima. Aqui é preciso explicitar que entre a memória coletiva e a memória histórica, principalmente no Brasil onde o patrimônio histórico acabou se constituindo através dos marcos de poder institucionalizado, não há nada em comum. Uma é produto de experiências de vida e a outra acabou se tornando instrumento de uma dominação, na medida que sua constituição sempre procurou construir uma identidade que camufla as divergências sociais.

É preciso esclarecer que o próprio surgimento da preocupação em preservar a memória e, portanto, o surgimento da memória histórica está ligada à aceleração do tempo, a ruptura e a sensação de perda da memória. Para solucionar tal problema criam-se lugares de memória, porém não mais de uma memória diversificada e múltipla mas de uma memória homogênea e diretamente vinculada à construção da noção de nacionalidade.

Esta situação se torna mais evidente quando observamos os livros de tombamento do CONDEPHAAT ou do SPHAN e percebemos que os bens tombados são em sua maioria bens edificados. Além disso, mais da metade, senão quase a totalidade, é de Palácios, Igrejas, Fortes e Castelos, ou seja marcos institucionalizados de Poder. A cultura popular expressa através de Danças e outras manifestações por outro lado, quando muito, se limitam ao tombamento como folclore. Os efeitos disso são nefastos sobre o exercício da cidadania, pois tais edifícios são vistos como símbolos da "nação brasileira" civilizada pois pertenceram ao Barão ou ao Marques e não por ser a materialização das relações sociais do período e o folclore acaba sendo as

manifestações primitivas que se perderam graças à ação civilizatória da elite letrada. Isso gera uma circunstância muito engraçada e que permite perceber os problemas da história no Brasil até bem recentemente. No antigo Museu do Bosque, víamos partituras de Carlos Gomes no Museu Histórico enquanto instrumentos musicais da Banda do Boi estavam no Museu do Folclore, ou seja, revela uma concepção elitista de História que folcloriza a história dos movimentos populares; quando não as barbariza. Aos Historiadores cabe uma parcela de responsabilidade por esta situação, pois a História no Brasil ainda se preocupa em legitimar-se e não em entender as questões de significação e dos sentidos da produção dos discursos historiográficos e dessa maneira, acaba contribuindo para a construção de mitos.

Assim sendo gostaríamos de concluir esta fala, parafraseando Jacques Le Goff e afirmando que a verdadeira função dos historiadores deve ser "trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens." Ou seja, a função do historiador é lutar e trabalhar para a preservação da memória mas, sempre, levando em consideração que ela é múltipla e que deve evidenciar as próprias contradições sociais. Em síntese, ao vermos um casarão ou uma espada, elas não devem ter seu tombamento em virtude da beleza e opulência que representam ou por terem sido propriedades de Joaquim Egydio de Souza Aranha; mas sim por terem materializado, em si, todas as relações sociais do seu período de produção e a leitura do historiador deve se pautar por evidenciar que a beleza e a opulência do casarão e da espada corresponderam à miséria e a violência da senzala.

Américo Baptista Villela

Historiador do Museu da Cidade - Campinas